ESCOLA: Municipal Maria Ana Ruso
PROFESSOR (A): Cléia Rodrigues
TURMA(S): 8º ano _____
ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: Vespertino
ALUNO(A): _____
COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA PERÍODO: 16/07/2020 A 31/07/2020
QUANTIDADE DE AULAS: 06 (06 horas)
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Os caminhos da independência do Brasil. A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão.
HABILIDADES: (MS. EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas. (MS. EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (MS. EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais. (MS. EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (MS-EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

Todos os textos são seguidos de atividades, para resolvê-las é necessário: Ler, refletir, interpretar e responder, completar ou assinalar com X, os exercidos pedidos.

Crise do sistema colonial no Brasil

Texto 1 - A transferência da Corte portuguesa para o Brasil

A vinda da família real e da Corte portuguesa para o Brasil foi consequência da conjuntura européia do início do século XIX. Neste momento, Napoleão Bonaparte procurava enfraquecer a Inglaterra, mediante a imposição do Bloqueio Continental, pelo qual, nenhuma nação da Europa Continental poderia manter relações comerciais com a Inglaterra. Como Portugal era dependente economicamente da Inglaterra, não conseguiu cumprir as determinações do Bloqueio Continental, sendo por isto invadido pelo exército francês. Com a ajuda do embaixador inglês em Lisboa, Lorde Strangford, D. João transferiu-se, no dia 29 de novembro de 1807, para o Brasil - com sua Corte e por cerca de 15.000 pessoas.

No dia 30 de novembro as forças francesas, comandadas pelo general Junot, invadiam Lisboa. D. João chegou à Bahia em 22 de janeiro de 1808, dando início a uma nova etapa na História do Brasil.

ADMINISTRAÇÃO JOANINA NO BRASIL (1808/1820)

28/01/1808-Abertura dos Portos às Nações Amigas: Decreto que pôs fim ao monopólio luso sobre o comércio brasileiro. A principal interessada na medida era a Inglaterra, que procurava
ampliar o mercado consumidor de seus produtos manufaturados.

01/04/1808-Alvará de Permissão Industrial: Concedia liberdade para o estabelecimento de indústrias e manufaturas na colônia. Tal medida não se efetivou em virtude da concorrência dos produtos ingleses - principalmente após 1810 - e pela concentração de recursos na lavoura exportadora.

1810 -Tratados de Aliança, Comércio e Navegação: Assinados com a Inglaterra e teriam validade por 14 anos. O mais importante deles é o Tratado de Comércio, que estabelecia taxa de apenas 15% sobre a importação de produtos ingleses; produtos portugueses pagariam uma taxa de 16% e produtos de outras nações pagariam 24%.

Os súditos ingleses ainda teriam o direito de extraterritorialidade, ou seja, continuariam submetidos às leis britânicas. O tratado determinava que o governo português deveria abolir o tráfico negreiro. Com este acordo, o mercado brasileiro passou a ser dominado pelos ingleses- desde panos e ferragens até caixões de defunto e patins para gelo!

16/12/1815-Elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves. O novo estatuto jurídico representava um passo a mais em direção à emancipação política. Outras medidas de D. João -fundação do Banco do Brasil; instalação de ministérios, tribunais, cartórios; criação da Imprensa Régia, surgindo os primeiros jornais brasileiros: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808) e A idade D'Ouro do Brasil, em Salvador (1810); criação de escolas, bibliotecas; o Jardim Botânico etc...

Destaque para a Missão Artística Francesa, uma missão cultural que visitou o Brasil a convite de D. João. O mais famoso desta missão foi Jean Baptist Debret, que deixou várias pinturas, desenhos e aquarelas, retratando os costumes do Brasil joanino.

Atividades

1. **Podem ser consideradas características do governo joanino no Brasil:**

a) a total independência econômica de Portugal com relação à Inglaterra em virtude de seu acelerado desenvolvimento industrial
b) o não envolvimento em questões externas sobretudo de caráter expansionista
c) a redução dos impostos e o controle do déficit em função da austera política econômica praticada pelo governo
d) o desenvolvimento da indústria brasileira graças às altas taxas sobre os produtos importados
e) a assinatura de tratados que beneficiavam a Inglaterra e o crescimento do comércio externo brasileiro devido a extinção do monopólio.

2. A transferência da Corte de D. João VI para a colônia portuguesa teve apoio do governo britânico, uma vez que:
a) Portugal negociou o domínio luso na Península Ibérica com a Inglaterra, em troca de proteção estratégica e bélica na longa viagem marítima ao Brasil.
b) Em meio à crescente Revolução Industrial, os negociantes ingleses precisavam expandir seus mercados rumo às Américas, já que o europeu era insuficiente.
c) O bloqueio continental imposto por Napoleão fechou o comércio inglês com o continente europeu; a instalação do governo luso no Brasil propiciou a retomada dos negócios luso-anglicanos.
d) O exército napoleônico invadiu Portugal visando a instituir o regime democrático republicano de paz e comércio, em franca oposição ao expansionismo da monarquia britânica.
e) Os ingleses pretendiam consolidar novos mercados na América Portuguesa, tendo em vistas antigas afinidades socioculturais com os ibéricos.

3.Escreva as principais mudanças realizadas por João VI.

Texto 2 – Revolução do Porto - Movimento exigiu o retorno de D. João VI a Portugal

A Revolução Liberal do Porto foi um movimento militar iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, ao norte de Portugal, espalhando-se rapidamente para outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Nesse caminho, conquistou o apoio da burguesia, do clero, da nobreza e do Exército - enfim, dos mais importantes estratos sociais portugueses. Embora tenha se passado na Europa, a Revolução de 1820 está intimamente ligada aos rumos da história brasileira no século 19.

Em 1820, Portugal se encontrava numa situação de crise econômica, política e social. Em primeiro lugar porque, desde 1808, a Família Real não estava mais na metrópole, e, sim, no Brasil, para onde tinha fugido da invasão das tropas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte.

A transferência da Corte portuguesa para sua maior colônia trouxe novos desafios para o rei e profundas consequências para Portugal. A abertura dos portos brasileiros, por exemplo, pôs fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil, que havia perdurado durante praticamente três séculos. Essa medida afetou a economia lusitana e, em especial, a burguesia comercial do país, favorável ao restabelecimento da ordem anterior. A nobreza, por sua vez, havia perdido uma série de privilégios que possuía até então como integrante da Corte portuguesa - agora, não mais em Lisboa, mas, sim, no Rio de Janeiro. Quanto ao Exército, desde a transferência da Família Real para o Brasil, ficou sob o comando do marechal inglês Beresford, a quem dom João VI confiou o governo português durante sua ausência. Enfim, o cenário em Portugal naquele momento parecia contrastar com a suposta prosperidade e importância do Brasil. Não é difícil, portanto, entender por que cada um desses setores acabou apoiando o movimento de 1820.

A influência liberal

Naquele mesmo ano, outras regiões da Europa (como Espanha, Grécia e a cidade de Nápoles) passaram por revoluções liberais. Sob influência desses movimentos, as Cortes portuguesas também procuraram formar um governo liberal no país, subordinando a Coroa ao Legislativo (isso é, criando uma monarquia constitucional), garantindo direitos aos cidadãos portugueses e enfrentando a crise em que o país se encontrava.

Para atender ao último objetivo, as Cortes defendiam a volta imediata do rei para Portugal e o restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil. Havia, portanto, uma visível contradição no movimento de 1820: se ele era liberal para os portugueses, em relação ao Brasil, a revolução buscava nada mais do que retomada do colonialismo. Atender às propostas liberais, portanto, significaria o retorno do Brasil à condição de colônia.

Enquanto elaboravam a nova Constituição do país, as Cortes portuguesas adotaram a Carta Magna espanhola, de inspiração liberal. Ao mesmo tempo, no Brasil, chegavam as primeiras notícias da Revolução do Porto. E, com elas, as divisões em torno do movimento iniciado em Portugal.

Divisões internas

As primeiras notícias da Revolução do Porto chegaram ao Brasil somente dois meses após o início do movimento. Logo a sociedade brasileira (incluindo os portugueses que viviam na colônia) se dividiu, fosse em razão das ambiguidades da própria Revolução do Porto ou mesmo dos seus interesses específicos.

Em linhas gerais, sob o ponto de vista ideológico, havia os que se prendiam ao caráter liberal e os que ressaltavam seu aspecto colonialista. Os primeiros acreditavam que a revolução acabaria com o absolutismo, garantiria ao Brasil a condição de Reino Unido e eliminaria os privilégios remanescentes. Os outros enxergavam no movimento a chance de restabelecer o monopólio comercial e os privilégios de que desfrutavam outrora.

Sob o ponto de vista dos interesses específicos de cada estrato social ou região, o Brasil também se dividiu. Nas províncias do Centro-Sul, predominou a posição contrária às reivindicações das Cortes portuguesas, como o retorno da Família Real à Europa. Muitos setores temiam perder os privilégios e o poder conquistados desde que dom João 6° chegara ao Brasil, quando a colônia fora elevada à condição de Reino Unido.

No Norte e Nordeste, contudo, a posição foi outra. Amplos setores tinham sido prejudicados pela autonomia dada ao Brasil desde 1808. Ao mesmo tempo, a preponderância do Rio de Janeiro - sede da Corte - sobre essas regiões sempre foi um fator latente de conflito. Também por isso, ali ocorreram as principais manifestações em favor da Revolução do Porto

Embora o movimento de 1820 ameaçasse limitar seus poderes, dom João 6° assumiu uma postura conciliatória em relação às Cortes portuguesas. Contudo, a radicalização política no Brasil o forçaria a jurar fidelidade à nova Constituição portuguesa - que sequer existia, mas à qual deveria se submeter. No dia 26 de abril de 1821, a Família Real retornou a Lisboa, com exceção de dom Pedro, que assumiu a função de regente.

Mesmo com a participação de deputados brasileiros, as Cortes portuguesas terminaram se inclinando, em meio à ambiguidade de suas propostas, para uma posição em favor do colonialismo. O ponto de inflexão ocorreu em dezembro daquele ano, quando as Cortes exigiram a volta imediata de dom Pedro a Portugal. O que se viu a partir de então foi uma sucessão de acontecimentos que levariam à Independência do Brasil, em setembro de 1822.

Atividades – Responda

4.O que foi a Revolução do Porto?
5. Qual a maior consequência para o Brasil da Revolução do Porto?

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Ana Claudia. Araribá mais História. 6º Ano. 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 2020.
ORDONEZ, Marlene, Caderno do Futuro – A Evolução do Futuro, História: 6° ano. 3. Edição. Editora IBEP. São Paulo,2013.
https://www.estudopratico.com.br/
https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/historia-geral/independencia-america-espanhola.htm
https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimentos-nativistas/
http://mestresdahistoria.blogspot.com/
https://www.mundovestibular.com.br/estudos/historia/a-crise-do-sistema-colonial/
https://educacao.uol.com.br/

Fonte: https://www.mundovestibular.com.br/estudos/historia/a-crise-do-sistema-colonial/

OBS – Todas as atividades devem ser devolvidas na Escola, devidamente realizada, com o nome do aluno e a turma que ele frequenta.